



Construções epistemológicas feministas decoloniais: pensares e ações que falem mais de nós, por nós!

Contrucciones epistemológicas feministas descoloniales: ¡pensamientos y acciones que hablan más de nosotras, para nosotras!

Caroline Ramos do Carmo de Souza¹

Resumo: Este artigo é resultado de um esforço de maturação ideo-política, teórica e filosófica a partir das contribuições de mulheres que adotam uma perspectiva epistemológica feminista decolonial. Tal ponto de partida busca compreender os traços de opressão presentes na sociabilidade, para, a partir da realidade vivida pelos diversos sujeitos sociais, construir narrativas que dialoguem com e não apenas sobre essas pessoas. Questionando teorias coloniais e eurocêtricas, propõe-se a introdução da compreensão decolonial, sobretudo a decolonialidade feminista negra, para afirmar que existe no território latino americano, brasileiro e baiano, a reprodução de um conhecimento acadêmico destoante dessa realidade. Tais informações serão percebidas inclusive em análises realizadas por institutos de pesquisa estrangeiros vinculados a países do território do norte global, sobre a construção do conhecimento científico no Brasil. Assim, aventa-se a possibilidade de reconstrução e produção de um saber que esteja localizado, e fortaleça o exercício do poder em um território ainda pouco percebido como locus de produção do conhecimento.

Palavras-chave: Epistemologias decoloniais. Feminismo negro. Revisão Epistemológica.

Resumen: Este artículo es el resultado de un esfuerzo de maduración ideopolítico, teórico y filosófico basado en los aportes de mujeres que adoptan una perspectiva epistemológica feminista decolonial. Tal punto de partida busca comprender los rasgos de opresión presentes en la sociabilidad, para que, a partir de la realidad vivida por los distintos sujetos sociales, se construyan narrativas que dialoguen con y no solo sobre estas personas. Cuestionando las teorías coloniales y eurocéntricas, se propone introducir el entendimiento decolonial, especialmente la decolonialidad feminista negra, para afirmar que existe en el territorio latinoamericano, brasileño y bahiano, la reproducción de un saber académico diferente a esta realidad. Dicha información será percibida incluso en análisis realizados por institutos de investigación extranjeros vinculados a países del territorio norte global, sobre la construcción del conocimiento científico en Brasil. Así, se considera la posibilidad de reconstrucción y producción de conocimiento que se ubica, y se fortalece el ejercicio del poder en un territorio que aún es poco percibido como locus de producción de conocimiento.

Palabras clave: Epistemologías decoloniales. Feminismo Negro. Revisión epistemológica.

¹ Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador; Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador e Doutoranda em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: caroline.carmo@ucsal.br.

1. Apresentando a proposta

A Filosofia tem se apresentado como aquele campo do saber, cuja inquietação questionadora e permanente nos incita à sucessivas reflexões que, na perspectiva de algumas filósofas feministas auxiliam também na busca de uma socialidade que não permita a reprodução de traços excludentes, opressores e injustos. Nesse sentido, começo com a empolgante inquietação de Sueli Carneiro (2020), quando refere que

Nós, mulheres negras, somos a vanguarda do movimento feminista nesse país; nós, povo negro somos a vanguarda das lutas sociais deste país porque somos os que sempre ficamos pra trás, aquelas e aqueles para os quais nunca houve um projeto real e efetivo de integração social.

Essa afirmativa da autora apresenta, também, a proposta desse texto que é refletir sobre a necessidade dessa vanguarda (nós), falarmos sobre nós, ainda que essa fala venha carregada de sofrimentos. A possibilidade de atacar o contínuo processo de reprodução das opressões é possível também ao pontuar as diversas desumanidades produzidas historicamente pela realidade brasileira, especialmente contra alguns segmentos populacionais (mulheres, negras/os, comunidades indígenas). Por esse motivo afirmo a importância de construções teóricas que caminhem para outras análises epistemológicas até então negadas pela ciência hegemônica. Aqui, ousou, portanto, afirmar a importância das epistemologias feministas decoloniais.

Pensar na construção de uma epistemologia decolonial supõe também refletir e implementar a construção de uma agenda epistemológica e política, ou seja, pensar na construção de novas perspectivas e abordagens de análises cujas discussões euro e endocêntricas sejam superadas. Interessa-me, nesse estudo, afirmar a importância de problematizar sobre as nossas históricas referências, sair do senso comum, sair do lugar comum e fazer reflexões críticas sobre nós.

Em alguns momentos irei recorrer a informações produzidas por institutos de pesquisa brasileiros, mas também internacionais, com o intuito de sustentar empiricamente alguns achados. Em outros buscarei suporte em autoras que já vêm há alguns anos ou décadas sustentando a defesa de como está ultrapassado essencializar o conhecimento ou traduzir experiências globais em explicações para as diversas realidades locais. Aqui aproprio-me de Sandra Harding (1993), para afirmar que as categorias analíticas são instáveis, portanto, precisam ser reconstruídas ou até desconstruídas, é preciso liberdade para pensar em outras questões, em diversas e inovadoras formas de produzir a objetivação das teorias, desde que essa desconstrução não se fixe em uma paralisia epistemológica.

Busco em princípio sustentar a importância dessa discussão e, a defesa da superação de uma dada condução maniqueísta no âmbito das ciências ou da Filosofia, entre o que é certo ou errado, verdadeiro ou falso, conhecimento ou senso comum, para refletir sobre a construção do conhecimento como também resultado de processos sócio-históricos vivenciados por diversas pessoas, intelectuais ou não, com vasto

posicionamento, político, ideológico e cultural, em contextos diferentes e, que portanto apresentaram resultados a partir desse ponto de vista situado em uma dada na realidade brasileira. A luz de Donna Haraway (1995, p. 22-23), afirmo a defesa da construção de um

conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável significa, incapaz de ser chamado a prestar contas. Há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos. [...]. Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que 'nós' 'naturalmente' habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições 'inocentes'. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento - com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo.

Longe de redundar numa análise romantizada, como crítica a autora anterior, esse estudo afirma que a possibilidade de retratar, no campo das ciências, o cotidiano da população "subjugada" dá-se a partir da compreensão dessa própria população, situando-a nas estruturas sociais com a certeza de que há um saber que é localizado, que explica num dado contexto e a partir de uma dada visão - parcial - esse saber. Portanto, o falar de nós, por nós, sinaliza para a defesa, de reconstruir saberes a partir de, com e para as/os sujeitos com as/os quais nos comprometemos. Como reflete Djamilia Ribeiro (2017), ao problematizar o meu, o seu, o nosso "lugar de fala".

Ainda nessas considerações iniciais, sinalizo, o quanto não é fácil essa reconstrução, pois eu e outras somos resultado de uma formação acadêmica eurocentrada, que busca reforçar a importância da apropriação científica, pensando na sua revisão, sem desconstruí-la. Por esse motivo, defendo aqui, o que, algumas feministas me orientam a pensar, uma *recentralização*, a partir da *decolonização*² dos saberes.

Com o auxílio de Sônia Alvarez (2009), compreendo que localizar os saberes é, sobretudo, compreender as relações sociais e de poder produzidas em sociedade e, que podem assumir diversas mediações (gênero, classe e raça), ou apreensões interseccionais, refletida por mulheres como Carla Akotirene (2018), que reproduzem a dominação inerente à sociabilidade capitalista, incluindo aí a disputa acadêmica, espaço onde visualiza-se também uma disputa de poder.

² Nos estudos brasileiros e latino americanos ainda há dissenso sobre a adoção dos termos decoloniais ou descoloniais. A introdução do "s" modifica o significado da palavra nesses territórios, trazendo o prefixo "des", cuja conceituação etimológica supõe, desfazer ou desconsiderar. Aqui, utilizaremos o termo decolonial, com a intenção de não ignorar a existência dos traços de opressão vinculados à colonialidade e ao colonialismo, mas sim a necessidade de compreender para reconhecer e incitar um posicionamento, que seja coletivo, transgressor e insurgente. Como o artigo também dialoga com autoras e autores latino americanos e afro diaspóricos, em alguns momentos será apropriado o termo descolonial ou descolonização, com o intuito de ser fiel às narrativas literais desses sujeitos, desde que a apropriação da narrativa dos mesmos não se coloque como contraditória as defesas que aqui procuraremos realizar.

2. A importância do pensamento feminista na construção de uma agenda epistemológica e política decolonial

Pensar em novos estudos e na construção de uma agenda epistemológica e política decolonial, supõe refletir a construção de novas perspectivas e abordagens de análises que problematizem sobre as nossas históricas referências, e saiam do lugar comum, para fazer reflexões críticas sobre nós. Afinal, temos historicamente uma cultura vinculada ao CONHECIMENTO como comprovação de uma VERDADE. Até conseguimos avançar para a compreensão de que essa verdade, pode ser temporal e diretamente vinculada à um dado espaço ou período, mas pouco avançamos para refletir que esses aportes supostamente verdadeiros só poderiam vir amparados em epistemologias teóricas, centradas em teorias do norte global.

Trata-se de um tal de eurocentrismo ou colonialidade do saber, e, se compreendemos que SABER é PODER, o poder está aí centrado de maneira permanente e exclusiva em países da Europa Ocidental e nos EUA. Não é por acaso que o fenômeno das desigualdades, enquanto parte da constituição de diversas sociedades, irá se manifestar de maneira mais latente, nos espaços que vivenciaram a inserção violenta de um projeto de modernidade capitalista pautado numa concepção colonial de poder, de saber e de ser, a partir daquelas situadas no Norte global.

Esse projeto de modernidade proposto pelo capitalismo, que compreende uma construção colonial de poder, de saber e de ser, representa uma totalidade indissociável (Poder-Saber-Ser), que sustenta a colonialidade, e apesar de reconhecer, não respeita as fronteiras geopolíticas. É um projeto mundial, que há alguns séculos vem sendo traçado pela Europa Ocidental para garantir o *status* de centro da humanidade.

A colonialidade do poder reafirma exploração e conflito, que estarão presentes na incessante busca pelo controle e dominação do trabalho e de todos os seus processos. Essa busca irá reproduzir uma classificação geopolítica, racial/étnica, de gênero e sexualidade. A referência para tal classificação será, portanto o padrão eurocêntrico, branco, masculino e heterossexual.

A colonialidade do saber virá, também, sustentada na afirmação desse poder, portanto, a modernidade ocidental é eurocêntrica, com a reprodução de uma racionalidade técnico-científica e epistemológica, válida, neutra, objetiva e universal. Geopoliticamente, na atualidade a sua localização está na Europa Ocidental e EUA. Tais afirmações, produziram também uma colonialidade do ser, cujos povos (não masculinos, brancos, cristãos e europeus), serão afirmados como “não-ser” e considerados, como afirma Sueli Carneiro (2003), periféricos, atrasados, os condenados da terra, àqueles que historicamente são escravizados e mortos - física e epistemologicamente.

Nos termos literais de Ochy Curiel (2011), a saída desse projeto de modernidade colonial capitalista mundial, está no *desenganche*, ou na adoção de um feminismo decolonial, que Angela Figueiredo (2020) irá referir como uma prática política e

epistemológica de insubmissão feminista, procedente dos povos subalternos, como as mulheres negras.

A luz de Aníbal Quijano (2000), Ochy Curiel (2011) vai reforçar que essa construção (Poder-Saber-Ser) representa uma totalidade indissociável que sustenta a colonialidade e/ou colonialismo, onde territórios do norte global, aqui já devidamente mencionados, há alguns séculos vêm tentando garantir a reprodução do equivocado *status* de centro da humanidade.

Não é em vão, que enquanto estratégia de opressão e silenciamento, vivenciamos no mundo acadêmico tradicional, moderno e conservador, a reiterada defesa de que não se escreve em primeira pessoa, pois, esse tal “rigor acadêmico” exige o seu afastamento e, portanto, nós precisaríamos escrever em terceira pessoa. Quando faço esse questionamento, não estou necessariamente defendendo uma anarquia na construção do conhecimento, estou defendendo mais rigor, mais estudos para a apropriação das teorias já existentes, mas também, outras e novas epistemologias, e, quem sabe fazer isso, é o Sul global. Assim, quando faço o convite para que possamos falar mais de nós por nós, refiro-me à necessidade de realizar uma outra apreensão, que seja a partir das epistemologias do Sul, analisada pela professora Maria Paula de Meneses (2013, s/p), ao pensar na fratura abissal que foi construída entre o Norte global (Europa Ocidental e EUA) e o Sul (restante do mundo):

o mundo moderno ocidental, de um lado, e os espaços coloniais, da tradição, dos indígenas, do outro. As realidades que ocorriam no espaço colonial não comportavam as normas, os conhecimentos, as práticas aceites no velho mundo civilizado. Criou-se assim um princípio universal de desqualificação dos saberes presentes nas várias colônias, transformando estes conhecimentos num saber local, tradicional, circunscrito ao espaço dos ‘trópicos’. Esta fratura instituída pela diferença colonial permanece insidiosamente presente nos dias de hoje, escondendo a persistência de relações e interpretações coloniais quer a nível epistémico (os ‘outros’ não sabem pensar), quer a nível ontológico (os ‘outros’ existem, os seus saberes e experiências não contam).

Como também reforça Maria Paula de Meneses (2013), a ampliação das Epistemologias do Sul, possibilita a verbalização dos vários saberes e lutas construídas e que foram historicamente invisibilizadas. Por esse motivo os conceitos de colonialidade e colonialismo aqui importam, entendo inclusive que, afirmar que os espaços são coloniais, não é o suficiente, mas é preciso ocupar esses espaços e transformá-los em possíveis territórios que superem essa tal colonialidade ou colonialismo através das nossas experiências vivenciadas.

Aqui, as afirmações da estadunidense, naturalizada equatoriana e estudiosa da pedagogia decolonial Catherine Walsh (2017) dialogam com a baiana, cientista social e estudiosa das epistemologias negras decoloniais Angela Figueiredo (2020), para a adoção do termo decolonialidade e não descolonialidade neste estudo. Numa tradução para o inglês, não teríamos dissenso ao mencionar a *decoloniality*, contudo para o português a colocação ou não do *s*, apresenta concepções de análise diferenciadas.

Então, entendo que não se trata de desconsiderar o que aconteceu e ainda vem acontecendo nos territórios do Sul global, mas sim, provocar reflexões em prol de ações que possam transgredir, intervir, insurgir e incidir nessas realidades.

Ainda que não seja objeto desse artigo ampliar a apreensão conceitual dos termos, importa considerar que pensar a reconstrução decolonial desses territórios, implica em superar o colonialismo (descolonializar), pois ainda há uma relação de dominação no cenário latino americano e brasileiro que é direta, política, social, econômica e cultural europeia, mas, sobretudo, ultrapassar a colonialidade (decolonializar), pois houve o “fim” da administração colonial, contudo este “encerramento” não implicou no fim da dominação colonial.

Ocupar o espaço acadêmico e fazer reflexões sobre nós, construídas por nós a partir das epistemologias do Sul é um reforço a essa desconstrução colonial de combate aos epistemicídios e à supremacia dos espaços eurocêntricos (Sueli Carneiro, 2011). Assim, num diálogo com as mulheres mencionadas até aqui, considero que é preciso localizar saberes, desenganchar ou desvendar as estratégias e discursos que falam de determinados grupos a partir do lugar de dominação, mas também superar a submissão vinculada ao projeto de modernidade colonial do conhecimento. Essa superação, conforme defende Ochy Curiel (2019), acontecerá a partir de uma proposta coletiva que fortaleça o pensar e o fazer junto aos diversos sujeitos de uma dada comunidade, historicamente comprometidos com os processos ali presentes.

3. Alguns indícios da colonialidade do poder e saber na realidade brasileira

Sinalizei anteriormente que a reprodução de que existe um conhecimento verdadeiro, é uma estratégia de opressão e silenciamento, reiterado em pequenas ações, como: o “não se escreve em primeira pessoa”. Decolonizar as formulações epistemológicas, supõe também reconstruir fazeres, pensamentos e ações. Ainda temos um constructo político-acadêmico muito vinculado ao CERTO ou ERRADO nas ciências, então, a norma culta, inclusive normas, como da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, parâmetro para esse CERTO, também foi e, é construída a partir de padrões eurocêntricos. O rigor, que aqui defendo, depende da apropriação das diversas epistemologias, com escolhas conscientes por aquela ou aquelas, que melhor convier aos estudos do Sul global, mais precisamente, os nossos estudos brasileiros, nordestinos e baianos. Quem sabe esta não é uma provocação à adesão crítica e consciente, criação ou recriação de novas epistemologias! A filosofia nos anima para essas re/construções.

Exemplos do quanto as construções acadêmico-científicas são tendenciosas às epistemologias do norte global, podem ser percebidas inclusive junto às agências de fomento à pesquisa brasileira. A CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, é uma fundação que está diretamente ligada ao Ministério da Educação do Brasil, pensa e apoia iniciativas de pesquisa dos programas de pós-graduação *stricto*

sensu (mestrado, doutorados e pós doutorado) situados nos vários estados do Brasil, contudo, contratou em 2018 uma empresa da Filadelfia nos EUA, (*Clarivate Analytcs*) para realizar uma análise sobre o panorama da produção científica no Brasil entre os anos de 2011 e 2016. Segundo essa empresa (e aqui vale o reforço, estadunidense), os EUA lideram o ranking de pesquisas no mundo, seguido da China e Reino Unido. Quanto ao Brasil, está até “bem”, frente aos países analisados.

Os dados ofertados pela empresa afirmam que o Brasil ocupa o 13º lugar, no ranking com 20 países que mais produzem conhecimento científico no mundo. Interessante é que nesse ranking, além do Brasil, há dois países da América do Norte (EUA e Canadá), seis da Ásia (China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Irã e Taiwan), nove da Europa (Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Espanha, Holanda, Rússia, Suíça, Suécia), além da Turquia que é um país considerado euro-asiático, um da Oceania (Austrália) e nenhum africano. Mas quem fez mesmo a pesquisa? Mas quem solicitou a pesquisa? (CLARIVATE ANALYTCS, 2019).

Em uma busca sobre o ranking de países que mais produzem conhecimento científico no mundo, vamos localizar sempre o protagonismo de empresas estadunidenes realizando tais pesquisas, assim como *Clarivate Analytcs*, há a *National Science Indicators* (NSI) e a *National Science Foundation* (NSF), essas instituições vão apresentar informações similares sobre a produção científica no Brasil, que irá permanecer entre os 20 países que mais produzem conhecimento científico no mundo, oscilando entre 12º e 15º lugar ao longo dos anos de 2012 e 2019.

Segundo a *Clarivate Analytcs* (2019), apesar da crise econômica e dos sucessivos cortes no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a produção científica no Brasil cresceu em 30% (dobro da média mundial), contudo o país finalizou o ano de 2019, sendo o 13º produtor de ciências no mundo, em números de trabalhos publicados. Provavelmente sentiremos em longo prazo os graves efeitos dessa situação.

Há de comum entre essas instituições: 1) a certeza de que ainda está nos EUA a maior quantidade produção científica mundial; 2) um crescimento em investimentos por parte da China nesse campo, sendo que em 2018 aparecerá como o país que mais investiu em produção científica e, 3) a permanência da desigualdade entre nações no que tange à quantidade de produção científica, mesmo entre os 10 ou os 20 países que mais produzem no mundo, é reflexo desse contexto onde o fosso das desigualdades (em todas as esferas) só aumenta. Ainda tendo como parâmetro, os critérios de análise adotados por essas pesquisas, podemos afirmar que aqui no Brasil, reproduz-se também a colonialidade reproduzida no mundo. Então há estados que assumem o protagonismo da produção científica, que são os estados brasileiros das regiões Sul / Sudeste e, possuem mais incentivos para as pesquisas que os da região Centro Oeste, Norte e Nordeste (o que em âmbito mundial poderíamos comparar às dificuldades presentes nos países do Sul global).

Nós (população baiana), assim como o Brasil, numa comparação em escala nacional estamos até “mais ou menos”, pois no ranking, somos o 8º estado em produção científica, e obviamente que está em São Paulo, o polo de maior produção no cenário brasileiro, seguido do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco (**o primeiro do eixo norte-nordeste**), Distrito Federal e Bahia. Então é no eixo Sul-Sudeste brasileiro onde estão concentrados a maior parte dos estudos científicos no Brasil com grande projeção nacional, e, conseqüentemente, mais investimentos públicos e privados para a produção de conhecimento, conforme constatou a própria instituição de pesquisa, Clarivate Analytics (2019).

Reitero que do ponto de vista quantitativo, o fosso da desigualdade da produção científica é gritante e vergonhosa, exemplo disso é que Pernambuco (primeiro estado brasileiro fora do eixo sul/sudeste nesse ranking) é responsável pela produção de aproximadamente 10% do que é produzido em São Paulo. Quando observamos os últimos estados no ranking, a situação fica ainda mais vexatória, mesmo por que, essa disparidade entre os estados, reproduz também, as disparidades políticas, econômicas e sociais entre os mesmos. A tabela a seguir expressa as informações aqui referidas.

Tabela 1: Ranking da produção científica brasileira, segundo relatório Clarivate Analytics (2019)

State	Web of Science Documents	Category Normalized Citation Impact	% Documents in Top 1%	% Documents in Top 10%	% Industry Collaborations	% International Collaborations
Sao Paulo	111,029	0.88	0.99	7.27	1.02	33.83
Rio De Janeiro	39,996	0.93	1.15	7.80	2.28	37.89
Minas Gerais	36,660	0.76	0.64	5.61	0.79	27.33
Rio Grande Do Sul	30,240	0.84	0.85	6.61	1.08	28.38
Parana	21,858	0.66	0.54	5.14	0.65	23.82
Santa Catarina	12,312	0.84	0.63	6.08	0.89	29.11
Pernambuco	10,589	0.71	0.54	5.18	0.85	26.92
Distrito Federal	10,584	0.94	1.22	6.68	0.94	36.27
Bahia	9,189	0.73	0.78	5.27	0.79	28.11
Ceara	7,559	0.76	0.73	5.97	0.74	28.58
Paraiba	6,276	0.64	0.45	4.70	0.29	20.16
Golas	5,929	0.73	0.78	5.45	0.94	22.04
Rio Grande Do Norte	5,474	0.75	0.62	5.06	0.62	28.64
Para	5,148	0.81	0.99	5.94	0.70	32.69
Espirito Santo	3,837	0.63	0.60	4.56	1.33	24.68
Amazonas	3,735	0.81	1.12	6.93	0.64	34.40
Mato Grosso Do Sul	3,541	0.56	0.34	3.33	0.37	16.83
Mato Grosso	3,209	0.62	0.87	3.99	0.28	19.82
Sergipe	2,658	0.72	0.56	5.38	0.64	24.23
Piaul	2,066	0.53	0.15	3.87	0.19	16.46
Alagoas	1,819	0.71	0.38	6.05	0.44	29.41
Maranhao	1,715	0.73	0.52	4.14	0.35	20.00
Tocantins	900	0.49	0.22	2.56	0.44	19.44
Rondonia	620	0.65	0.48	5.32	0.32	19.19
Acre	452	0.83	1.99	8.41	0.22	27.21
Amapa	391	0.68	0.51	5.37	0.00	23.02
Roraima	349	0.74	1.15	4.87	0.29	19.20

Figure 36 Brazilian research performance disaggregated by State, 2011-2016.

Contudo, ainda que a desigualdade vigore em todo o país, os índices mais gritantes de reprodução das desigualdades estarão principalmente centrados nos estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil (aqueles que menos possuem investimentos para auxiliar no extermínio dessa desigualdade). Algumas inquietações, portanto, persistem e, impossível não questionar, se:

- Isso ocorre porque não temos o que falar?

Obviamente que temos sobre o que falar! Essa negação, ou pouca voz sobre tais questões são reproduções de uma subalternização que acomete culturas, ignora violências históricas e desvaloriza diferenças.

- Isso ocorre porque não temos o que pesquisar?

Reitero que temos muito que pesquisar. Desde uma fidedigna compreensão sobre os nossos traços e construções culturais, até, como dito anteriormente, a análise da reprodução de negações históricas, que ampliam índices de crueldade nas regiões norte e nordeste brasileiras. Nessas localidades está às manifestações mais cruéis da fome, a seca, o extermínio de populações indígenas e negras, até o acelerado avanço de doenças existente apenas em países como o Brasil (com predomínio em algumas regiões), por conta de negligências dos órgãos gestores.

- Isso acontece porque não temos estrutura para a pesquisa ou não fomos motivados a pesquisar?

Pode até ser! Até porque a produção do conhecimento é também um espaço de disputa de poder e, garantir poder às/aos subalternas/os é investir em sujeitos questionadoras/es, que caminhem para a efetivação de reconstruções epistemológicas.

Tal desigualdade manifesta-se, sobretudo, por que há uma cultura colonial imposta na realidade brasileira cerceadora dos movimentos contra hegemônicos que incutiu nas nossas mentes (do ponto de vista coletivo) informações de pouca capacidade para pesquisa, criação e densidade teórico-metodológica, portanto, deveríamos deixar que os outros falassem de nós e por nós. Não é em vão que os teóricos clássicos (sim dito no masculino), citados em muitos estudos de autoras brasileiras são, em geral, homens europeus (de Marx à Boaventura de Sousa Santos, de Weber à Habermas, passando por Michel Foucault e Bourdieu, entre tantos outros).

Resguardando a importância filosófica, histórica, teórica, metodológica e política de cada um desses homens, afirmo que não acredito que o abandono desses escritos resolveria nossos problemas ou por si só conduziria o processo de decolonização do saber, quero apenas reforçar que aproveitar outras possibilidades é possível, aliás, mais que isso apropriar-se de novas possibilidades teóricas é necessário para elucidar a realidade. Entendo que, mais do que nunca, em pleno 2021, precisamos nos re/apropriar dos nossos territórios e da nossa história, assim, realizar a re/construção epistemológica é condição *sine qua non* para tal.

4. Como sugestão - as epistemologias feministas negras e decoloniais

A defesa pela inserção das epistemologias negras decoloniais para refletir os espaços do Sul global mencionados por Maria Paula de Meneses (2014), assumem uma coerência com a proposta realizada por Angela Figueiredo (2020), ao pensar em metodologias insubmissas que concretizem uma ciência engajada com os problemas reais enfrentados pelas diversas comunidades. Nesse aspecto, eu preciso concordar com Patrícia Calderon e Ana Lucia Guedes (2016) quando afirmam que os estudos decoloniais ou as epistemologias decoloniais, “precisam de práticas desobedientes, de desprendimentos e indisciplinas para adotarem abordagens metodológicas, compatíveis com as denominadas epistemologias do Sul”. Assim, estou concordando com a adoção de novas epistemologias nos nossos estudos e a epistemologia feminista negra decolonial é uma possibilidade, que permita tanto desvendar ideologias hegemônicas, como a geração de saberes outros, que foram/são até então subalternizados pela ciência eurocêntrica.

Em 2010, Maria Paula Meneses e Boaventura de Sousa Santos organizaram o livro “Teorias e Epistemologias do Sul” que reunia autoras/es do pensamento decolonial, e, questionavam a quem servia o tratamento hegemônico do conhecimento historicamente baseado numa epistemologia ocidental ou do norte global, que acaba ignorando ou reproduzindo uma subalternidade epistêmica ao resto do mundo (considerados países do Sul).

Poderíamos nos questionar e questionar também Boaventura, que é sociólogo português (portanto, europeu), mas nos cabe problematizar sobre a importância que tal reflexão nos proporciona. E aqui, importa lembrar que Maria Paula Meneses (também organizadora do livro) é moçambicana, e, de posse do seu “lugar de fala”, conforme Djamila Ribeiro (2017) ou “agenciamento e resistência”, segundo Claudia Costa (2002) em uma Universidade Europeia, enquanto pesquisadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra reafirma as suas defesas que não são prerrogativas particulares e individualistas, mas que falam de povos até então silenciados. Bom lembrar que o lugar de fala dela é africano, moçambicano.

Reafirmar essas epistemologias e a ocupação de espaços carece de seriedade e obviamente o agenciamento e a resistência, sobretudo das mulheres que já possuem a possibilidade do exercício de lugares de fala. Aqui, ousar reafirmar a importância das epistemologias feministas negras decoloniais nos novos estudos, para a construção de uma agenda epistemológica, prático-política decolonial. Essa defesa está diretamente relacionada aos estudos de Lélia Gonzalez (2011) quando ela fortalece as discussões sobre a importância das teorias e práticas políticas que contemplem as várias mulheres e não apenas algumas, e, mais que isso, quando reforça que esses estudos contemplam os vários sujeitos (ameríndios e afro diaspóricos).

O feminismo negro decolonial, vai afirmar que classe, sexualidade, geopolítica, gênero e raça são mais que categorias analíticas acadêmicas, elas devem ser percebidas e

concretizadas como experiências vividas coletivizadas, transformando-se em reconstruções etnográficas acadêmicas. Essas epistemologias reivindicam a compreensão da construção do conhecimento para que, para quem e como (em que condições políticas e institucionais), partindo de um lugar, que é específico e não essencialista ou universal.

Gosto muito da defesa da epistemologia feminista trazida por Cecília Sardenberg (2014), que não é uma feminista negra, mas afirma que todo conhecimento deve vir articulado de uma prática política para o que se propõem. Portanto, a construção do conhecimento feminista está articulada à defesa de ações voltadas para mulheres e sua realidade concreta. Dar voz aos sujeitos eurocentricamente silenciados, ou, aos “sujeitos subalternos”, como afirma Gayatri Spivak (2010, p. 20), é uma perspectiva política decolonial, afinal, “a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente”. Outro diálogo possível e necessário é a apropriação da perspectiva marxista, com o objetivo de compreender os diversos fenômenos da nossa realidade e concretizar o real, ou as manifestações da questão social, como resultado das diversas desigualdades presentes na nossa realidade.

Assim, não dá para compreender, por exemplo, o genocídio da população negra e seus recortes (homem, jovem, negro e da periferia), sem uma apropriação dos estudos que denunciam há anos a reiterada cultura de que, homem, jovem, negro, na rua a noite é “suspeito”. Essa é uma reprodução higienista do psiquiatra Italiano, Cesare Lombroso (1835-1909), que até hoje auxilia na construção do imaginário e da prática ético-política da segurança pública baiana, por exemplo.

Nos seus estudos, Djamila Ribeiro (2019), à luz de Kabengele Munanga (2004), um antropólogo congolês, professor brasileiro-congolês, nos auxilia a compreender porque em plena segunda década dos anos 2000, ainda precisamos falar de racismo e o seu combate. Dezenas de baianos morrem todos os dias, em virtude do racismo, ainda não podemos ignorar o quesito raça, mais que isso, precisamos nos informar mais sobre o racismo brasileiro.

Ainda reproduzimos práticas humanas de desumanidades quando em alguns espaços sócio-ocupacionais são valorizados os profissionais com perfil análogo ao “capitão do mato” da era escravocrata, com a busca de sujeitos que tenham uma conduta que reforce à masculinidade – aí vinculado à agressividade, não empático ao amor ou a histórias apaixonadas, etc. Parece irreal, mas ainda há quem fale e defenda essa conduta, de maneira explícita ou velada.

Acredito que não haja mais dúvida, do quanto as reflexões impactam em condutas cotidianas. Mas, para se ter uma ideia, segundo o Atlas da Violência publicado em junho de 2020, vem trazendo o aumento das violências e morte de jovens, em virtude dessa violência (BRASIL, 2020). Nesse sentido, a construção epistemológica precisa ser radical ou ir à raiz, o que supõe compreender os fenômenos desde a sua emergência, ir além do

imediatos. Precisamos desconstruir, ou numa perspectiva feminista decolonial, é preciso recolocar categorias, normatividades e ações, como Maria Lugones (2014) afirma ao pensar a decolonização da categoria gênero, por exemplo,

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a decolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ← → resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre povos (MARIA LUGONES, 2014, p. 940).

Utilizo o “decolonizar gênero” como uma analogia importante para pensar em decolonizar diversas outras categorias que interferem no cotidiano de homens e mulheres, principalmente delas na realidade, como a própria autora reflete ao pensar em classe, raça e sexualidade e, a intersecção que essas categorias carregam. Fazer isso no Brasil é reconstruir uma cultura que esteve colonialmente arraigada em tradições eurocêntricas, é ponderar inclusive sobre nossas desigualdades territoriais, que tanto nos afeta, por exemplo, enquanto mulheres negras na Bahia, um dos estados da região do Nordeste brasileiro. Exemplo disso, é que, enquanto os índices de violência contra a mulher caem na região Sul e Sudeste brasileiro, aumentam nas regiões Norte e Nordeste (BRASIL, 2020).

Ainda sobre o genocídio da população negra, segundo o Atlas da Violência, a população masculina, negra e de baixa escolaridade continua totalizando a maior parte das vítimas de homicídio no país. De acordo com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2018, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 eram negras e em 10 anos (de 2005 à 2015), a população negra correspondeu a maioria (78,9%) dos sujeitos com mais chances de serem vítimas de homicídios (BRASIL, 2020).

Ainda segundo essa pesquisa, o Brasil ocupava a vexatória quinta posição em número de feminicídios num *ranking* de 83 países. Enquanto a mortalidade de não-negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4% entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22%. Basta afirmar que homens, jovens, negros, morrem, pelo simples fato de serem homens, jovens e negros; mulheres negras, têm morrido pelo simples fato de serem mulheres negras; a população indígena, está sendo dizimada pelo simples fato de serem indígenas. Impossível ignorar que os marcadores de classe, gênero e raça são importantes para pensar as opressões nesse contexto.

Segundo a PNAD de 2017, o índice de desemprego que só cresce na realidade brasileira é diferente para homens e mulheres. Enquanto, para as mulheres esse índice era de 11,8%, para homens era de 10,5%. Pelo critério raça/cor, a taxa de desocupação atingia 28,1% da população negra (considerando a autodeclaração – pretos e pardos). No fim de 2017 o nível da ocupação dos homens foi estimado em 64,5% e o das mulheres, em 45,4% (IBGE, 2020). Conforme essa mesma pesquisa, o contingente dos desocupados no Brasil em 2017, alcançou o quantitativo de 12,3 milhões de pessoas e a participação

da população negra (pardos e pretos) passou a ser de 63,8%; a dos brancos 35,6%, ou seja: os desempregados são negras/os!

Outra violência vivenciada pelas mulheres ocorre nas unidades de saúde, pois, segundo dados da Organização Panamericana de Saúde - OPAS, vinculada à Organização Mundial da Saúde - OMS, em 2016, ocorreu no Brasil, 5 mortes de mulheres por dia em virtude de complicações no parto ou puerpério. Mulheres que dependem exclusivamente do SUS sofrem vários tipos de falta de atenção e violências, aqui reitero que essas mulheres que sofrem violência obstétrica no território brasileiro são, negras e pobres, conforme constatação da própria pesquisa. (OPAS/OMS, 2016)

Falamos aqui brevemente da produção teórica e sua disparidade nos territórios brasileiros, da reprodução da violência contra homens e mulheres, já mencionamos a situação do desemprego no país e como essas questões chegam ao campo da saúde, onde podemos perceber de maneira mais acentuada alguns traços da opressão particular no Brasil.

De certo que a opressão irá afetar diversos sujeitos que se inserem nessa realidade em condições desiguais, pois esse modo de produção reproduz uma inerente desigualdade social, política, econômica e cultural. Como nos sinaliza bell hooks (1990), essa opressão irá se manifestar de maneira diferente, no cotidiano das/os diversas/os sujeitos e os dados mencionados nesse texto, reforçam isso. Daí a importância de refletir e reconstruir filosoficamente tais opressões.

Esta re/construção reflete uma possibilidade de mudança num sentido da não continuidade da reprodução da subordinação cultural, política e econômica, abrindo espaço à “descolonização da imaginação” como afirma Achille Mbembe (2017) ao pensar o devir negro do mundo. Assim, se estamos falando de epistemologias que se reproduzem em território baiano acompanhada de traços coloniais, visibilizar essas questões, é imprescindível para o libertar-se do “fardo da raça”, do “desejo de vingança” e do “ressentimento”, através da liberdade para a decolonização e superação do racismo que legitima opressões e explorações, e coloca determinados povos na condição de submissos.

Sim, com muita tranquilidade e com o auxílio luxuoso dessas mulheres (filósofas, antropólogas, sociólogas, assistentes sociais, educadoras) e alguns homens mencionados aqui afirmo que, há no nosso território baiano a reprodução do racismo e da subserviência, comum a alguns contextos, onde a condição submissa do ser negro /negra é ainda pouco questionada.

Tal discussão impacta no entendimento do significado social e ideopolítico que está sendo epistemologicamente construído e têm auxiliado na inserção de profissionais que realizem uma crítica radical e decolonial sobre essa sociedade, que impulse ações voltadas para mudanças significativas na realidade e a construção de um projeto de sociabilidade contrário ao sistema de opressão/exploração/dominação de classe, gênero,

raça/etnia, geração e sexualidade. Compreendo que estudos como o proposto aqui, é frutífero para a construção de estratégias coletivas, que superem o processo de deslegitimação ou até mesmo invisibilidade das reflexões epistemológicas procedentes, por exemplo, de mulheres negras, nos espaços de poder e de saber, como o espaço acadêmico.

5. Considerações finais e outras provocações.

O texto aqui proposto considera que há uma miríade de limites das teorias euro centradas que pretendem afirmar-se enquanto universais nas suas análises, para compreender mulheres, homens, pessoas nas diversas sociedades. Esses limites estão amparados na ilusória concepção de que todas, todos e todes são iguais, já que, por muito tempo pensou-se assim, construiu-se teorias assim, e, estas foram afirmadas como verdadeiras e irrefutáveis.

A defesa por uma nova postura com ações ou práticas políticas decoloniais, considera a realidade dialética e em constante processo de construção/reconstrução. Somos localmente diferentes, regionalmente diferentes, e, aqui não me arvorar a tecer maiores considerações sobre as nossas diferenças psicanalíticas (que são várias, mas não teria competência para avançar mais, deixo para as amigas do campo *psic*), ousou mencionar os nossos sofrimentos que irão se apresentar cada vez mais presente no cotidiano individual, em um contexto de grande crise de sociabilidades.

Avançar e questionar às nossas ações coloniais, supõe ir além dos conhecimentos que estão enraizados em algumas categorias por nós apropriadas, não quero dizer aqui que precisamos abolir categorias ou que nenhuma discutida até aqui nos contemplou, quero reiterar que é preciso avançar, perceber o quão de importante essas categorias são para nós e o quão temos ignorado, invisibilizado outras tantas que, refletem quem somos, porque somos e como podemos transformar, pois falamos de locais historicamente subalternizados, e, essa é a nossa realidade de pessoas inseridas num dado território do Sul global – Brasil – Nordeste – Bahia. Precisamos compreender que para decolonizar saberes e ações, é preciso ir além dos fundamentos teóricos e metodológicos apreendidos na academia, novos discursos decoloniais podem/devem ser acionados. Vamos possibilitar a voz às diversas epistemologias, sem “abrir mão”, das perspectivas críticas e políticas.

Não tenho a pretensão de finalizar essa discussão, em um estudo, que considero ainda preliminar, mas quero deixar a convicção de que é possível mudar, de que devemos arriscar, muitas vezes sofrendo com incompreensões conservadoras que ainda reproduzem uma epistemologia eurocêntrica, mas é preciso ter coragem e ousadia, e, as epistemologias feministas nos afirmam isso.

Que bons ventos soprem em prol da construção de uma nova prática política decolonial, de novas construções epistemológicas decoloniais, onde tenhamos ousadia suficiente para falar mais de nós, por nós!

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é Interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ALVAREZ, Sonia. “Construindo uma política feminista translocal da tradução”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(3): 743-753, setembro-dezembro/2009.

Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/10022010-015650p-743753-alvarez.pdf>> . Acesso 08 dez 2020

BRASIL. Ipea – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: IPEA, jun 2020. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em 08 dez 2020.

CALDERÓN, Patricia Asunción Loaiza e GUEDES, Ana Lucia Malheiros. *Abordagem metodológica em estudos decoloniais: possível diálogo entre a análise crítica do discurso e as epistemologias do sul*. In: XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ESPM E XI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING, 2016 Disponível em <<http://ocs.espm.br/index.php/simposio2016/C2016/paper/download/168/52>>. Acesso em 08 fev 2021.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/15.pdf>> Acesso em 26 nov. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados* [online], São Paulo: v. 17, n. 49, set./ dez. 2003, p. 117-133. Disponível <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>> Acesso em: 26 nov. 2020

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Brasil: Selo Negro, 2011

CLARIVATE ANALYTICS. *Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics*. 2019. Disponível em: <<https://www.aguia.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/Relat%C3%B3rio-Clarivate-Capes-InCites-Brasil-2018.pdf>>. Acesso em 28 mar 2021.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: *Cadernos Pagu*, n 19, 2002, p. 59-90

CURIEL, Ochy. *Rumo à construção de um feminismo descolonizado*. [Ciudad de Guatemala: s.n.], 2011. Disponível em: <<https://mujeresixchel.wordpress.com/2011/10/12/hacia-la-construccion-de-un-feminismodescolonizado/>>. Acesso em 11 dez. 2020

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, Paula Balduino [et al] (orgs). *Descolonizar o feminismo: VI Sernegra*. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2019, p. 32-51.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Revista Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 12, n. 29, p.01-24, maio 2020. ISSN 2175-1803. Disponível em:<<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/%202175180312292020e0102/11455>>. Acesso em 20 dez. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2018. Disponível em <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/>> Acesso em: 08 dez 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino. *Caderno de formação política do círculo Palmarino*, [S. l.]: Batalha de ideias, n. 1., p. 12-21, 2011.

HARAWAY, Donna, “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. In: *Cadernos Pagu*, (5), 1995: p. 07-42. Disponível em <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-083336haraway.pdf>>. Acesso 20 dez 2020.

HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”. *Revista Estudos Feministas*, N. 1, 1993, p. 7-32. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos//REF/v1n1/Harding.pdf>>. Acesso 20 dez 2020.

hooks, bell. “Postmodern Blackness”. In: *Postmodern Culture*, Vol. 1, N. 1, 1990, p. 10-18.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6396>>. Acesso em 20 dez. 2020

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 22: setembro-dezembro, 2014, p. 935-952

MBEMBE, Achile. *Crítica Da Razão Negra*. Lisboa: Ed. Antígona, 2017

MENESES, Maria Paula. “Para ampliar as Epistemologias do Sul: verbalizando sabores e revelando lutas”, *Configurações* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 09 outubro 2014, consultado o 23 dezembro 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/configuracoes.1948>>

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)*. Rio de Janeiro, n. 5, 2004, p. 15-34.

OPAS/OMS. Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial da Saúde. *Saúde materna*, 2016. Disponível em <<https://www.paho.org/pt/node/63100>>. Acesso em 21 mar. 2020

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires e Caracas: CLACSO y UNESCO, 2000.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

SANTOS, Boaventura Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SARDENBERG, Cecilia. *Revisitando o campo: Autocrítica de uma antropóloga feminista*. Mora (B. Aires) vol.20 no.1 Ciudad Autónoma de Buenos Aires, ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-001X2014000100004>. Acesso 20 nov 2020

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Parte IV.

WALSH, Catherine. *Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. *Serie Pensamiento Decolonial*. Editora Abya-Yala. Equador, 2017.